

SEMANA DOS Povos Indígenas

16 a 20 | 04 | 2018

SUBSÍDIO



IESUITAS BRASIL
PREFERÊNCIA APOSTÓLICA AMAZÔNIA





ÍNDICE

04

Palavras do Delegado
para a Preferência
Apostólica Amazônia

05

Introdução

06

Caminhos de reflexão
e formação:
**Povos Indígenas e
Violência**

11

Caminhos de reflexão
e formação:
**Povos Indígenas e
Demarcação de Terra**

14

Caminhos de reflexão
e formação:
**Povos Indígenas e
Água**



Manaus - AM, 16 de abril de 2018

Estimados companheiros jesuítas, colaboradores (as) e guardiões da criação,

No ano 2015, o Papa Francisco publicou a carta encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum para uma ecologia integral. A encíclica evidenciou uma realidade alarmante e preocupante sobre as questões socioambientais em dimensão planetária: a poluição, as mudanças climáticas, a água, a perda da biodiversidade, a deterioração da qualidade de vida humana, degradação social e suas desigualdades. Diante desta situação dramática, o Pontífice vem nos convidando a tomar consciência dos problemas e nos desafia a proteger a nossa casa comum em busca de um desenvolvimento sustentável e integral.

Em resposta a este apelo e motivados pela espiritualidade inaciana, a Companhia de Jesus no Brasil, através da Preferência Apostólica Amazônia - PAAM, apresenta por meio do Projeto Educomunicação seu primeiro subsídio que, por ocasião da Semana dos Povos Indígenas, traz reflexões e formações com temáticas relacionadas e pertinentes as questões indígenas: a violência, a demarcação de terra e a água.

Tenho, pois, estimados companheiros jesuítas, colaboradores (as) e guardiões da criação, a satisfação de aprovar e apresentar este subsídio que servirá a todo Corpo Apostólico da Província dos Jesuítas no Brasil e, além deste, a todos os interessados em cuidar, proteger e melhorar a nossa Casa Comum, que inclui os povos originários desta Terra, ou seja, os povos indígenas.

Que o subsídio favoreça a promoção da cultura do Bem Viver para uma ecologia integral!

Pe. David Hubald Romero, SJ
Delegado para a Preferência Apostólica Amazônia

INTRODUÇÃO

A Preferência Apostólica Amazônia – PAAM, com o compromisso de cuidar da Amazônia como dom para o mundo, assumindo a eleição peculiar por ela, como expressado no Plano Apostólico da Província dos Jesuítas do Brasil, é consciente da importância do melhor serviço a ser feito, nesta que se acredita ser o “pulmão do mundo”. Diante disto, em 2018, com uma comunicação orientada pelo anúncio e pela denúncia, a PAAM, modestamente, propõe o seu primeiro subsídio socioambiental: Semana dos Povos Indígenas.

Com este instrumento, deseja colaborar na reflexão e formação socioambiental das obras e serviços da PAAM – mas não só com elas - como também com as demais forças ativas que comungam da mesma causa de cuidado: a defesa da vida e da Casa Comum através do cuidado com a Amazônia. Uma vez que são cada vez mais frequentes as ameaças a esta, regidas, sobretudo, por um sistema capitalista que tem por base um modelo predatório e destrutivo.

A inspiração para a criação de subsídios socioambientais nasce a partir da Mensagem do Papa Francisco para o dia mundial das comunicações 2018, que se serviu do tema da ‘verdade’ para exprimir a todos que há uma contínua sucessão de uma linguagem enganadora nas mídias, definida como fake news (notícias falsas), capaz de manipular os destinatários para proveito de interesses políticos e econômicos. Este uso inapropriado da comunicação precisa ser refreado e combatido com a verdade.

A relevância da proposição de subsídios socioambientais, dada as realidades amazônicas alarmantes, justifica-se, entre outras coisas, pela busca de estar em sintonia com os clamores da Terra e seus Povos para uma ecologia integral. Além disso, busca se unir também às convocações da Igreja para agir sobre as mazelas do mundo. Esse ano a Igreja do Brasil nos ajuda a refletir sobre a violência e assim superá-la. No próximo ano, 2019, temos a convocação mundial do Papa Francisco, o Sínodo para a Amazônia, que já aponta uma preocupação especial pelos Povos Indígenas, foco deste primeiro subsídio que abordará três temáticas: Povos Indígenas e Violência, Povos Indígenas e Demarcação de Terra e Povos Indígenas e Água.

Neste sentido, sem a pretensão de apresentar este subsídio como única discussão possível para refletir sobre os Povos Indígenas, desejamos, antes de tudo, reconhecer que ele é apenas um humilde passo que nos convida a adentrar a Maloca destes povos e conhecê-los desde dentro, para uma verdadeira inculturação evangélica.

POVOS INDÍGENAS

E VIOLÊNCIA



Foto: Lunaé Parracho / MNI

*A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado,
vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos
no solo, na água, no ar e nos seres vivos.*

LS, 31

▶ TEXTO BASE

*“Essas situações provocam os gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo. Nunca maltratamos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos”
(Laudato si´ n.53)*

De acordo com o Relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil 2016”, o último publicado pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, aponta que ocorreram, no ano mencionado, 118 assassinatos de homens e mulheres indígenas no país, sendo 44 óbitos por agressões junto ao povo Yanomami que se encontra, predominantemente, localizado no norte da Amazônia, fronteira Brasil-Venezuela. Outros óbitos por assassinato ainda foram registrados no Leste de Roraima, Amazonas, Rondônia, Acre e Pará, atingindo etnias como: Baré, Kokama, Mura, Piratapúya, Makuxi, Makurap, Munduruki e Kulina. Além desses dados, impressionam ainda aqueles que se referem ao suicídio indígena que apresentam 106 casos registrados. Destes, 50 suicídios, só no Amazonas. A morte de 735 crianças menores de 5 anos que faleceram por diversas causas, inclusive a desnutrição, também assusta.

Um exemplo de caso que teve repercussão nacional em 2012 foi o a violência sexual contra ao menos 12 meninas indígenas ocorrida em São Gabriel da Cachoeira, município do Amazonas que concentra a maior população indígena do país. Mais recente, em 2016, uma jovem indígena de 18 anos também foi vítima da mesma violência com marcas de estrangulamento que a levou a óbito, no mesmo município.

São muitos os casos de violência que vão desde racismo à invasões possessórias da terra, buscando exterminar as populações indígenas, principalmente aquelas que rejeitam, de forma mais articulada, a política imposta pelo Capital Financeiro. Uma vez que vulneráveis, tais populações abrem caminho para a exploração dos seus territórios para monocultivos agrícolas, minerais, madeireras, hidrelétricas, etc. Tudo a custo de muito sangue derramado.

Povos Indígenas e violência são dois fenômenos históricos, interligados no cenário brasileiro, desde o regime político do Brasil Colônia, que tinha como objetivo atender a interesses comerciais europeus em detrimento a exploração violenta dos recursos naturais do território recém-encontrado e dos povos originários. De lá para cá isso não mudou muito, os atores podem ser outros, porém qualquer que seja a época, os mecanismos criados para esta exploração pretendem favorecer as contas



bancárias dos mais ricos, com seus projetos devastadores e de iniciativas implacáveis que se contrapõem a cultura do Bem Viver.

Com o neoliberalismo constituindo a estrutura da sociedade em que vivemos, a exploração das terras e das águas, seus recursos naturais, fica nítida a ampliação das desigualdades sociais, todavia aumentam a lucratividade do capital financeiro, sobretudo, das grandes corporações que a todo momento buscam concessões junto ao Estado e Poder Público para os seus mandos, o que explica ou aponta o porquê de inúmeros retrocessos constitucionais.

Os povos indígenas estão cada vez mais perseguidos pelo atual Governo Temer à medida que se articulam e reagem contra os retrocessos e contra as violações dos seus direitos fundamentais, que atingem seus corpos e suas mentes. Um exemplo de perseguição é a represália feita aos órgãos comprometidos com a execução de políticas públicas que asseguram aos povos indígenas o direito à terra entre outros compromissos, órgãos como a FUNAI e o INCRA. Como consequências desta ação têm-se a paralisação ou lentidão nas demarcações de terra e fiscalização dos territórios demarcados, crimes ambientais absurdos e desprovimento da proteção dos povos indígenas isolados, o que aumenta o risco do seu extermínio.

As perspectivas ao tocante das realidades indígenas em relação a violência são lamentáveis e preocupantes, pois a tendência é que este cenário se agrave ainda mais com as antipolíticas impostas no âmbito administrativo público federal que coloca em pauta os processos de demarcação de terras, fonte de conflito entre povos do Bem Viver e povos do extermínio – garimpeiros, grileiros, madeireiras, indústrias extrativas e muitos outros. Diante disso, busquemos nos conscientizar de nosso papel social com cidadania e assim sejamos sinais de esperança para estes povos através das lutas articuladas em defesa da vida e do Bem Viver.

PONTO DE ORAÇÃO

“Vós sois todos irmãos” (Mt 23, 8) é o que a Campanha da Fraternidade 2018 traz em seu lema para propor a superação da violência. Pois, infelizmente, esta faz parte do nosso cotidiano sob muitos aspectos, basta observarmos o mundo em que vivemos, onde o poder é estabelecido, muitas vezes, por meio de atitudes violentas. Mas, para nós cristãos, o caminho de violência é sempre superado pela verdade da Palavra. A violência como consequência da injustiça é demonstrada pelo homem que se desvia da sua essência humana para com o seu semelhante, fragilizada pelo egoísmo. Ela é, sobretudo, a expressão do nosso pecado, da nossa rebelião contra Deus e ao seu projeto de salvação.

Pedido de Graça

Peçamos a graça de sermos sensíveis à realidade dos povos indígenas que constantemente são vítimas da violência contra o direito à vida, fruto da injustiça e do egoísmo humano.

Textos Bíblicos

*Gn 4, 3-15
Mt 27, 57-68*



▶ PISTAS DE AÇÃO

- Articular-se com outras pessoas para uma agenda unitária de ações que visibilizem as causas dos Povos Indígenas, fortalecendo assembleias, fóruns, seminários, mesas de discussão, etc.;
- Procurar conhecer bem os próximos candidatos as eleições, buscando escolher àqueles (as) que defendem uma agenda comum de direitos socioambientais;
- Combater as injustiças por meio de uma maior consciência de si e seus atos violentos no cotidiano que podem ser desde falas racistas à ações de depredação dos recursos naturais;
- Acompanhar no Congresso Nacional as pautas que envolvem os povos indígenas mais diretamente como o Parecer 001/2017;
- Propor estudos de temáticas relevantes às causas indígenas.

POVOS INDÍGENAS

E DEMARCAÇÃO DE TERRA



Foto: Guilherme Cavalli / CIMI

Com efeito, para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida.


▶ TEXTO BASE

*“Solidarizar-se com os povos indígenas é, antes de mais nada, reconhecer e assegurar-lhes o direito ao uso da terra, elemento indispensável a sua sobrevivência”
(Dom Luciano Mendes de Almeida).*

Historicamente, os grupos sociais cujo modo de vida tem profunda relação com a terra, água e biodiversidade vivem em situação de tensão em função de um sistema que transforma tudo em mercadoria. Em relação aos povos indígenas, a situação não é diferente e tampouco ficou no passado. A exploração indiscriminada de suas terras por parte de latifundiários, grileiros, madeireiros, empresas de mineração e garimpeiros afetam drasticamente os modos de vida dos povos indígenas, excluindo-os do uso de sua própria terra e dos recursos naturais necessários a sua subsistência física e cultural. Por vezes, o próprio Estado brasileiro promove e avaliza grandes projetos, tais como estradas e hidrelétricas, a partir de uma concepção desenvolvimentista predatória, fomentando, com isso a invasão dos territórios indígenas e desencadeando inúmeros conflitos, de modo especial, na Amazônia.

Um exemplo notório desta situação foi o massacre ocorrido em Roraima contra o povo Yanomami, no final da década de 1980, quando dezenas de milhares de garimpeiros, legitimados pelo Estado, invadiram o território daquele povo e 2 mil pessoas morreram em função de doenças e assassinatos. Em relação às doenças, o mercúrio usado no processo de separação do ouro dos demais sedimentos foi fundamental para causar os males do grupo étnico, pois ele é um metal altamente tóxico e seus danos costumam ser graves e permanentes. Uma vez ingerido, provoca alterações diretas no sistema nervoso central, acarretando problemas de ordem cognitiva e motora, perda de visão, doenças cardíacas, entre outras debilidades. Nas mulheres gestantes, os danos são ainda mais graves, pois o mercúrio atinge o feto, causando deformações irreversíveis.

A terra tem sido preocupação recorrente das lideranças indígenas, pois para eles a terra é vida, como nos lembrou o tema da Semana dos Povos Indígenas lá na década de 80 do século XX. Para o líder indígena Davi Kopenawa Yanomami, esta afirmação de que a terra é vida tornou-se palavra de ordem na defesa dos direitos dos povos indígenas, sendo ecoada nos pronunciamentos feitos tanto por lideranças e comunidades, como também por setores sociais que se aliam à causa destes povos. Por isso, para eles a terra tem um significado profundo como conceitua o CIMI:



A terra para os povos indígenas é seu chão cultural, habitada por suas tradições, referência básica dos seus valores vitais, prenhe de mitos, campo de sua história. A terra é o espaço no qual se realiza a vida em plenitude, em que se manifestam distintas formas de viver, articulando crenças, histórias e cotidiano. Sem a garantia da terra não é possível, para esses povos, exercer autonomia. E esta garantia depende de uma ação comprometida do Governo Federal, responsável por demarcar os territórios indígenas, assegurar a posse exclusivamente aos povos que tradicionalmente os ocupam (CIMI, 2008).

Entretanto, pode-se afirmar que esse direito não tem sido respeitado, pois conforme relatos do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, até agora nenhum governo tratou como prioridade as terras indígenas, pelo contrário, muitas vezes os povos indígenas são vistos como “entraves” ao desenvolvimento e “empecilhos” a grandes projetos desenvolvimentistas. Como reflexo disso, hoje a maioria das terras indígenas ainda se encontra sem sua demarcação garantida, gerando conflitos e insegurança para centenas de comunidades e povos indígenas em todo o Brasil.

De acordo com informações reunidas pelo CIMI junto as comunidades indígenas, existem atualmente 1.296 terras indígenas no Brasil. Este número inclui as terras já demarcadas (401), em alguma das etapas do procedimento demarcatório (306), terras que se enquadram em outras categorias que não a de terra tradicional (65) ou, ainda, terras sem nenhuma providência do Estado para dar início à sua demarcação (530). Uma observação que se faz sobre esta última estatística é que esta realidade é significativa na Amazônia, sobretudo nos estados do Amazonas e de Roraima, onde o CIMI Regional Norte 1 atua, e onde se localizam cerca de 130 terras indígenas sem providências.

O processo de demarcação é regulamentado pelo Decreto nº 1775/96, que segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), deve ser realizado e acontecer pelo meio administrativo que identifica e sinaliza os limites dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Povos Indígenas. No qual, o Poder Executivo, conforme a Constituição Federal, é a competência exclusiva para atender os processos de demarcação, uma vez que há um entendimento de que o direito dos Povos Indígenas à terra é originário.

Atualmente, diante de tudo isso, assistimos perplexos ao Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU) que estabelece que a administração federal siga, em todos os processos de demarcação de terras indígenas, as condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (PET 3388) e o marco temporal – tese segundo a qual só poderiam ser demarcadas as terras que estivessem sob posse dos povos indígenas, em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Na prática, o parecer paralisa as demarcações de terras indígenas, gera riscos e insegurança jurídica de revogações de atos já constituídos, além de potencializar conflitos entre índios e não-índios. Uma das consequências dessa politicagem dar-se -a pela inviabilização da demarcação de terras que não tivessem seus processos finalizados e garantidos. O Parecer anti-demarcação resulta de um acordo pérfido entre o atual Governo e a banca ruralista do Congresso Nacional que faz uma política devastadora de territórios.

▶ PONTO DE ORAÇÃO

Sabemos que o mundo ainda “geme em dores de parto” (Rm 8, 22), pois, a vida verdadeira, nascida da comunhão com Cristo e com os irmãos, está sendo gerada, mas ainda não se manifestou plenamente. Assim como a mãe, sofrendo as dores do parto, aguarda a vida que vai nascer, assim o mundo espera pela vida de fraternidade e paz, quando as pessoas poderão viver em harmonia com as outras pessoas e com a natureza. Em tempos como este, lutar pela vida e pelo respeito às terras indígenas é, mais do que uma convocação evangélica e constitucional, um ato de cidadania e amor, é um gesto em defesa da sobrevivência da humanidade.

Pedido de Graça

Senhor, derramai sobre nós a força do seu Espírito para que possamos manter firme o empenho pela demarcação das terras indígenas e tenhamos atitudes de cidadania que garantam a proteção, conservação e restauração da natureza.

Textos Bíblicos

Romanos 8, 18 - 23

Pedro 3, 13 - 18



▶ PISTAS DE AÇÃO

Como colaborar na luta pela vida dos povos indígenas, tendo a água como um dom sagrado:

- Enviando e-mails e cartas ao presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ministro da Justiça e Presidente da República, exigindo que cumpra a Constituição Federal, demarcando e garantido as terras aos povos indígenas;
- Explicando aos seus amigos e familiares por que os povos indígenas tem direito à terra;
- Participando das Campanhas de apoio pela revogação do Parecer 001/2017 (AGU);
- Em 2018, pedimos atenção especial a demarcação das terras do povo Kaiowá Guarani, do Mato Grosso do Sul, que tem a porção norte do seu território ocupada pela Amazônia.

POVOS INDÍGENAS

E ÁGUA



Foto: Laila Menezes / CIMI

Alguns estudos assinalaram o risco de sofrer uma aguda escassez de água dentro de poucas décadas, se não forem tomadas medidas urgentes. Os impactos ambientais poderiam afectar milhares de milhões de pessoas, sendo previsível que o controle da água por grandes empresas mundiais se transforme numa das principais fontes de conflitos deste século.


▶ TEXTO BASE

*“Dom de Deus, a água não é simples mercadoria.
Cuidar para que o direito a água com qualidade
seja efetivada para as gerações presentes e futuras”
(CF 2004).*

A relação dos Povos Indígenas com a água, para além de ser compreendida como uma necessidade de um recurso natural e bem essencial à vida humana e aos seus ecossistemas, é elemento sagrado para estes povos em sua cultura, espiritualidade e cosmovisão. “Esses povos se afirmam como água, pois pois existe uma profunda unidade entre eles e os rios, os lagos, lagoas, nascentes, mananciais, aquíferos, poços, veredas, lençóis freáticos, igarapés, estuários, mares, e oceanos como entidade única”. Para eles, há uma relação de interdependência com as águas. No entanto, as águas estão ameaçadas, logo a vida dos povos também está. As grandes corporações querem exercer o controle privado das águas, por meio da privatização, mercantilização e de sua titularização, um processo que viabiliza, em escala de mercado global, lucros ao sistema financeiro e aos grupos de interesse, ou seja, investidores que visam, sobretudo, sujeitar a água em mercadoria, como mencionado na Declaração Final do Fórum Alternativo Mundial da Água - FAMA 2018.

O desejo dessas corporações no sistema capitalista é atender e realizar arranjos políticos e econômicos gananciosos, assegurando propostas e projetos no agronegócio, hidronegócio, indústria extrativa, mineradoras, hidrelétricas, etc., para fins de compensação financeira, pela apropriação dos territórios, rios e suas nascentes, além dos reservatórios hídricos. Mas, a ganância corporativista não para por aí! O mercado de bebidas e outros setores comerciais buscam apoderar-se dos aquíferos do Brasil, onde um dos maiores do mundo está localizado na Amazônia, o aquífero de Alter do Chão, mais visível no estado do Pará. As corporações em suas tratativas também querem controlar toda a indústria de abastecimento de água e saneamento básico, a estratégia do capital financeiro é privatizar para impor seu modelo de mercado, um modelo que aprofunda as desigualdades e destrói a Casa Comum.

Sabendo que tudo está interligado, como bem nos lembra Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si'*, o modo de produção capitalista intensifica seus instrumentos de exploração, afetando os rios, contaminando-os com rejeitos minérios, por exemplo, e certamente atingirá os povos da floresta, entre eles os povos indígenas. Dado que a contaminação das águas e seus lençóis freáticos junto com as barragens represadas e represáveis que poluem as águas também provocam a escassez



dos peixes, este que é alimento imprescindível dessas populações que estão sob ameaça nas relações povos-rios, fontes e nascentes, povos-terras e o modo de viver das comunidades. Sem contar a negação do direito à terra pelos Povos Indígenas, isto é, a não-demarcação de suas terras. Posto que com a apropriação do territórios pelas grandes corporações ocorre a diminuição dos recursos naturais conjuntamente, e sem dúvida, a água está no epicentro desse cenário exploratório criminoso.

Na Amazônia, ao insistir na construção de grandes hidrelétricas, tais como: São Luiz do Tapajós e Jatobá, ambas dependentes do Rio Tapajós; o Estado brasileiro, aliado às grandes corporações, atropela direitos, intensifica seus mecanismos de exploração, impõe o seu modelo predatório, neoliberal e ignora os riscos das barragens para os principais rios da bacia hidrográfica amazônica, o que pode ocasionar o desequilíbrio ambiental de todo o bioma, a perda de sua biodiversidade e a cultura ancestral dos povos indígenas, modificando os seus modos de vida quando não sua extinção.

A água é um direito de todos. Em sua encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco expõe que “o acesso a água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos”. Desse modo, somos convidados (as) a cuidar dos Povos Indígenas. Ao cuidarmos da água cuidaremos deles. Uma vez que esta fonte de vida, um bem comum, sagrada e por isso deve ser respeitada, essencial a todos e não é mercadoria.

▶ PONTO DE ORAÇÃO

Para as diversas religiões e espiritualidades, todas essas injustiças em relação às águas caracterizam uma dessacralização deste bem precioso recebido como um dom vital, e dificultam as relações com o Transcendente como horizonte maior das nossas existências. No relato da criação, lemos que o “Espírito de Deus pairava sobre as águas” (Gn. 1,2). Na história de Moisés, vemos o Deus que providenciou a água para o seu povo peregrino no deserto. E, dando um salto para o Novo Testamento, Jesus diz aos seus seguidores “que quem crer e for batizado será salvo (Mc16,16). Sobre este último trecho, para nós, cristãos, a água no batismo tem uma força simbólica. Assim, para muitos povos e em muitas culturas, a água têm um caráter sagrado, está ligada às tradições e exerce uma função comunitária e ritual.

Pedido de Graça

Senhor, ajude-nos a compreender que a água faz parte do patrimônio do nosso Planeta, dá-nos a força para assumir o compromisso em defesa da água como bem universal da humanidade, em particular, dando de beber aos povos indígenas a água da justiça.

Textos Bíblicos

Gn 1, 1- 10

Jo 4, 1-15

▶ PISTAS DE AÇÃO

Como colaborar na luta pela vida dos povos indígenas, tendo a água como um dom sagrado:

● **Perspectiva Mundial:**

Exigir e pressionar, através de debates, seminários, passeatas; os governos de nossos países, a assumirem o compromisso com o direito humano à água e declará-la como um bem público, mediante uma legislação adequada (Direitos da Criação - Natureza como sujeito de direitos), bem como unir esforços e se empenhar na criação da Convenção Internacional da Água no âmbito da ONU.

● **Perspectiva Panaamazônica:**

1. Colaborar na articulação de todas as forças vivas, eclesiais e sociais que compõem a REPAM, no sentido de um serviço eclesial ao povo da região, especialmente aos mais pobres e vulneráveis, tendo como grande referência a Laudato Sí;

2. Criar oportunidades de debates, rodas de conversa, seminários, fóruns para apresentar em comitês que contribuem com o envio de propostas legislativas, buscando que todos reconheçam o dom da Casa Comum;

3. Pressionar o Governo Federal para que avance o mais rápido possível com a demarcação e homologação dos territórios por meio de mobilizações coletivas;

5. Estimular a participação das comunidades indígenas, através de suas organizações, na criação de Comitês de Bacia, aproveitando seu conhecimento ancestral para efeito da construção de um modelo de gestão hídrica;

7. Elaborar seminários, Roda de conversa, oficinas, sobre a Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da Casa Comum;

8. Sensibilizar as pessoas e a sociedade com dicas para o uso racional da água.



REFERÊNCIAS

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2016.[Local desconhecido] [Editora Desconhecida], 2016.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Terra é vida. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1269883557_Folder%20Semana%202008.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/terras-indigenas>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Conjuntura Indigenista 2017 - Um Governo de curto prazo programado para devastar direitos. Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/2017/12/conjuntura-indigenista-2017-um-governo-de-curto-prazo-programado-para-devastar-direitos/>>. Acesso em 04 de abril

FRANCISCO I. Carta Encíclica Laudato Si'. Sobre o cuidado da Casa Comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA. Declaração Final. Disponível em: <<http://www.fama2018.org/declaracao-final>>. Acesso em: 04 de abr. 2018.

CRÉDITOS

Realização:

Preferência Apostólica Amazônia

Delegado para a Preferência Apostólica Amazônia:

Pe. David Hubald Romero, *SJ*

Coordenadora do Projeto:

Ana Lúcia Teixeira Farias

Textos:

Pe. Vanildo Pereira da Silva Filho, *SJ*

Pe. Paulo Tadeu Barausse, *SJ*

Revisão:

Lidiane de Aleluia Cristo

Ana Paula Teixeira Farias

Colaboração:

Pe. Felix Tarquino Costa Lopes, *SJ*

Projeto Gráfico e Diagramação:

Ana Lúcia Teixeira Farias

Apoio:

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental

Luciano Mendes de Almeida



OLMA

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida

